



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: legislativomunicipal@camaracm.com.br

www.camaracm.com.br

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

Protocolo Nº 21 / 2007

Campo Mourão, 14 / 02 / 07 Horas 13:57

Rodrigo
PROTOCOLISTA

Campo Mourão, 14 de fevereiro de 2007.

Senhor Presidente,

Tem o presente a finalidade de solicitar o registro no Departamento Legislativo, a seguinte **SÚMULA** para posterior apresentação de proposição:

- Dispõe sobre a parceria entre o poder Executivo Municipal e a iniciativa privada para a colocação e manutenção de abrigos em pontos de parada de transporte coletivo no perímetro urbano e dá outras providências.

Sem mais para o momento, reitero meus protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente.


SALVADOR MARTINS
Vereador

Excelentíssimo Senhor
Eraldo Teodoro de oliveira
Presidente do Poder Legislativo de campo mourão

Súmula – Colocação e manutenção de abrigos.



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450
C.N.P.J. 79.869.772/0001-14

e-mail: legislativomunicipal@camaracm.com.br - www.camaracm.com.br
DEPARTAMENTO DE CONTROLE LEGISLATIVO E ARQUIVO HISTÓRICO

**O DEPARTAMENTO DE CONTROLE LEGISLATIVO E
ARQUIVO HISTÓRICO CERTIFICA:**

**- QUANTO À EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL OU
MATERIAL DISPONÍVEL SOBRE A MATÉRIA:**

- () Não
- (**X**) Sim, conforme anexo.

- QUANTO À PREJUDICIALIDADE:

(**X**) **DEPENDE DA ANÁLISE JURÍDICA, TENDO EM VISTA A LEI Nº
830/1993.**

- () Já aprovada (167, I, a R)
- () Rejeitada, nesta Sessão Legislativa (167, I, b)
- () Já transformado em diploma legal (167, I, C), necessitando de
análise Jurídica
- () a proposição (artigo 167, inciso II) é idêntica a outra considerada
inconstitucional pela CLR.

Campo Mourão, 16 de fevereiro de 2007.

Dione Clei Valério da Silva

Chefe do Departamento de Controle Legislativo
e Arquivo Histórico

L E I Nº 830
de 29 de novembro de 1993

"AUTORIZA A CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS, E DA
OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO, Estado
do Paraná, aprovou e eu, Prefeito do Município, sanciono a
seguinte

L E I:

Art. 1º Autoriza a construção de abrigos padronizados, nos
pontos de ônibus do transporte coletivo urbano.

Parágrafo Único - Os abrigos, nas dimensões a serem definidas
pela Secretaria Municipal de Planejamento, conterão
para os usuários, espaço para publicidade e local para
a indicação do número das linhas e horários dos coleti-
vos.

Art. 2º A implantação dos abrigos previstos no artigo anterior
far-se-á mediante patrocínio comercial, nos pontos
indicados por ato administrativo.

§ 1º - As empresas patrocinadoras custearão toda a
execução do projeto, ficando com a prerrogativa
de explorar publicidade comercial, durante 10
(dez) anos, contados da implantação dos abrigos.

respeitadas as limitações emanadas do Poder Público.

§ 2º - As mensagens publicitárias não sofrerão qualquer tributação municipal.

§ 3º - Os abrigos poderão ser removidos, sob a responsabilidade do Município, sem direito de indenização à patrocinadora, o que não implicará na rescisão da concessão.

§ 4º - A empresa patrocinadora ficará responsável apenas pela manutenção do espaço reservado à publicidade.


Art. 3º Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado da habilitação da empresa interessada, para a implantação do abrigo correspondente.

Art. 4º A concessão será cassada se a patrocinadora inadimplir obrigações legais e contratuais, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem qualquer ônus para o Município.

Art. 5º Findo o prazo e/ou interrompida a concessão, os abrigos serão revertidos, sem indenização às patrocinadoras, ao patrimônio público municipal, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

Art. 6º O contrato de concessão poderá ser renovado, por igual prazo, havendo interesse das partes.

Parágrafo Único - Ocorrendo a renovação contratual, a patrocinadora responsabilizar-se-á pela conservação dos abrigos, consoante as normas determinadas pela Municipalidade.

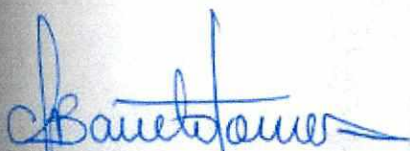
Art. 7º O Chefe do Executivo regulamentará a presente Lei, no prazo de 90 (noventa) dias. 

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

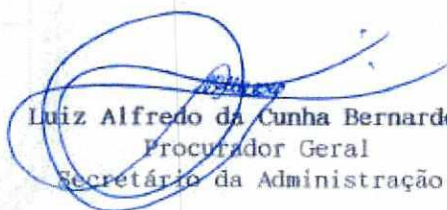
PAÇO MUNICIPAL "10 DE OUTUBRO"
Campo Mourão, 29 de novembro de 1993



Rubens Bueno
Prefeito Municipal



Cláudio José Menna Barreto Gomes
Secretário de Coordenação Geral



Luiz Alfredo da Cunha Bernardo
Procurador Geral
Secretário da Administração



Celso Hironobu Tanaka
Secretário do Planejamento



Luiz Carlos Rúbia Malavazi
Secretário de Obras e Serviços Públicos
Secretário da Agricultura e Meio Ambiente



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (0xx44) 523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450
C.N.P.J. 79.869.772/0001-1

e-mail:legislativomunicipal@start.com.br

www.camaracm.com.br

Assessoria Jurídica

PARECER PRELIMINAR: DATA DO RECEBIMENTO PARA PARECER:

<input type="checkbox"/> Indicação nº	_____ /2007	<input type="checkbox"/> Projeto de Lei nº	_____ /2007
<input type="checkbox"/> Indicação Legislativa nº	_____ /2007	<input type="checkbox"/> Projeto de Resolução	_____ /2007
<input type="checkbox"/> Requerimento	_____ /2007	<input type="checkbox"/> Emenda à L.O.M. nº	_____ /2007
<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Somente</i>	<u>21</u> /2007	<input type="checkbox"/> Moção nº	_____ /2007

AUTOR (ES):

OCORRÊNCIAS:

- ☐ Preenchidos os requisitos de constitucionalidade e legalidade.
- ☐ Verificação de Prejudicialidade.
- ☐ Vício de competência da matéria. Competência do (a).....
- ☐ Vício de origem. Competência privativa do (a).....
- ☐ Inconstitucional por ferir:.....
- ☐ Inorgânico por ferir:.....
- ☐ Ilegal por ferir:.....
- ☐ Possível corrigir ilegalidade/inconstitucionalidade através de emendas.....
- ☐ Necessário corrigir nos seguintes pontos:.....
-
- ☐ Necessário estudo aprofundado pela Assessoria Jurídica.
- ☐ Parecer Jurídico em anexo.
- ☒ Diligências necessárias ou sugeridas: *identificar se os dispositivos pretendidos através do projeto cumulado renova e/ou melhora o texto da Lei 830/93*
- ☐ A indicação atende ao art. 128, § 2º do R.L., frente ao disposto no art. da LDO.
- ☐ A indicação atende ao art. 128, § 2º do R.L., frente ao disposto no art. do PPA.

Parecer prolatado em 04/04/2007.

- ☐ favorável à tramitação.
- ☐ favorável à tramitação com emendas.
- ☐ Pela apresentação de substitutivo
- ☐ Contrário à tramitação
- ☐ Emendas em anexo.
- ☐ Substitutivo em anexo.
- ☒ Diligências.


GIOVANE JOSÉ MARTINS
Assessor Jurídico - OAB/PR 31.312